CLIPPING IMPRESSO 20/11/2019



INDICE

	JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
	1.1. AÇÕES TJMA	
	1.2. DECISÕES	- 4
	1.3. SERVIDOR PÚBLICO	
2.	JORNAL O IMPARCIAL	
	2.1. DECISÕES	
	2.2. PRESIDÊNCIA	
	JORNAL PEQUENO	
	3.1. AÇÕES TJMA	
	3.2. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	- 13
	3.3. PRESIDÊNCIA	



PERGENTINO HOLANDA

ph@mirante.com.br @holandaph

Sustentabilidade

A sala de Sessões Plenárias do
Tribunal de Justiça do Maranhão,
foi o palco escolhido para a
assinatura dos atos
interinstitucionais pela
Sustentabilidade do Estado do
Maranhão, com a presença do
presidente da Corte,
desembargador Joaquim
Figueiredo, do governador do
Estado, Flávio Dino e do presidente
da Assembleia Legislativa,
deputado Othelino Neto.

Na mesma solenidade, foi assinado também o despacho de liberação de recursos para proteção ambiental pelo juiz titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, Douglas de Melo Martins.

Durante o ato institucional que envolveu os dirigentes do três poderes estaduais, foi assinado ainda o Decreto do Eco Liga e o Projeto de Lei do Parque Estadual do Bacanga.

Comércio vai pagar hora-extra, mesmo sem feriado estadual

Tribunal de Justiça do Maranhão declarou inconstitucional a lei que previa feriado estadual no Dia Nacional da Consciência Negra; apesar da decisão, lojas deverão pagar gratificação

Nesta quarta-feira, 20, será comemorado o Dia Nacional da Consciência Negra, em alusão à morte de Zumbi dos Palmares, então líder do Quilombo dos Palmares. Recentemente, o Tribunal de Justica do Maranhão (TJ/MA) declarou inconstitucional a lei que previa feriado estadual na referida data. Apesar da decisão judicial, as lojas de rua que abrirem hoje em São Luís deverão pagar gratificação e 100% de hora-extra aos funcionários, pois existe um Termo Aditivo que complementa a Convenção Coletiva de Trabalho 2018/2019 e foi assinado em 8 de outubro deste ano.

Segundo Osvaldo Muller, presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio de São Luís (Sindcomerciários), existem duas condições trabalhistas para o feriado. Uma diz que, se as lojas de rua funcionarem das 8h às 14h, o empregador deverá pagar aos funcionários R\$ 50,00 de gratificação e R\$ 5,00 ao sindicato profissional por cada trabalhador. Caso a carga horária seja das 8h às 18h, o pagamento aos empregados deverá ser de R\$ 60,00 de gratificação e R\$ 10,00 à entidade. Nos dois casos, a hora extra será de 100%.

O Termo Aditivo diz respeito aos feriados de 12 de outubro, 2 de novembro, 15 de novembro e 20 de novembro. Nesse documento, há um item que autoriza as empresas de rua representadas pelas entidades convenientes a funcionarem no horário das 8h às 18h. E as situadas em shoppings centers das 10h às 22h. Porém, o trabalho nesses dias será considerado extraordinário e pago com acréscimos 100% sobre o valor da hora normal.

O Aditivo foi assinado, além do Sindicato dos Comerciários de São Luís, pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Maranhão (Fecomércio/MA), Sindicato do Comércio Atacadista de Drogas, Medicamentos, Perfumarias, Cosméticos e Artigos de Toucador do Maranhão e Sindicato dos Comércio Varejista de Material Elétrico e Aparelhos Eletrodomésticos de São Luís.

Decisão do TJ/MA

No último dia 9, os desembargadores do TJ/MA decidiram considerar inconstitucional a Lei 10.747/2017, de autoria do deputado Zé Inácio (PT), que estabelecia o dia 20 de novembro como feriado estadual, em alusão ao Dia da Consciência Negra. Foi uma resposta a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) ajuizada pela Fecomércio/MA, Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (Fiema) e Associação Comercial do Maranhão (ACM). As entidades alegaram que, de acordo com a lei federal 9.093/95, os estados têm direito à criação de apenas um feriado.

As entidades argumentaram que o diploma legislativo afrontou os artigos 1º e 11 da Constituição Estadual, pois violou a competência da União para legislar acerca da criação de novos feriados. Por unanimidade, o pleno do TJ/MA acatou esses argumentos. O relator foi o desembargador Kleber Carvalho.

Orientação da Fecomércio/MA

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Maranhão (Fecomércio/MA) informa que o julgamento, pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ/MA), da ADI nº. 0808708-26.2018.8.10.0000, decidiu pela inconstitucionalidade da Lei Estadual nº. 10.747/2017. Com isso, o TJ/MA extinguiu o feriado de 20 de novembro no Maranhão.

Apesar disso, a Fecomércio-MA orienta às empresas que observem as regras estipuladas nas respectivas Convenções Coletivas para o funcionamento no próximo dia 20 de novembro, uma vez que as condições negociadas nas Convenções ou Acordos Coletivos tem sobreposição à Lei.

Neste sentido, cabe ressaltar que para os setores abrangidos pela Convenção Coletiva firmada

Fecomércio-MA orienta que observem as regras

pela Fecomércio-MA e o Sindicomerciários de São Luís, incluindo o 1º Termo Aditivo, o funcionamento do comércio na capital, excepcionalmente no ano de 2019, terá condições especiais de remuneração neste dia 20 de novembro, apesar da revogação do feriado.

Desse modo, para que sejam evitados futuros questionamentos judiciais, as empresas que decidirem pelo funcionamento deverão promover o pagamento dos valores das horas trabalhadas com adicional de 100%, além de uma gratificação de R\$ 60,00 (sessenta reais) por empregado convocado para o trabalho nesse dia.●

CONSCIÊNCIA NEGRA

O Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro, foi instituído oficialmente pela Lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011. A data faz referência à morte de "Zumbi", o então líder do Quilombo dos Palmares, que ficava entre os estados de Alagoas e Pernambuco, no Nordeste do Brasil. "Zumbi" foi morto em 1695, na referida data, por bandeirantes liderados por Domingos Jorge Velho.

Atualmente, existe uma série de estudos que procuram reconstituir a biografia desse personagem da resistência à escravidão no Brasil. A data de sua morte, descoberta por historiadores no início da década de 1970, motivou membros do Movimento Negro Unificado contra a discriminação racial, em um congresso realizado em São Paulo, no ano de 1978, a elegerem a figura de "Zumbi" como um símbolo da luta e resistência dos negros escravizados no Brasil, bem como da luta por direitos que os afro-brasileiros reivindicam.

Com isso, o 20 de novembro tornou-se a data para celebrar e relembrar a luta dos negros

Com isso, o 20 de novembro tornou-se a data para celebrar e relembrar a luta dos negros contra a opressão no Brasil.



Atendendo a Convenção Coletiva de Trabalho, lojas que funcionarem hoje, 20, terão de gratificar funcionário



Apesar de decisão judicial declarando inconstitucional a lei que previa feriado estadual no Dia Nacional da Consciência Negra, celebrado hoje, as lojas de rua que abrirem nesta quarta-feira, em São Luís, deverão pagar gratificação e 100% de hora-extra a funcionários, por causa da Convenção Coletiva de Trabalho 2018/2019. cidades 6

ESTADO MAIOR

Nova Previdência de Dino

s servidores públicos do Maranhão terão seu regime previdenciário mudado nos próximos dias. Hoje a Assembleia Legislativa vai votar - e provável que aprove - uma proposta do governo de Flávio Dino que modifica as alíquotas de contribuição para a Previdência. O Estado justifica que é necessário readequar os percentuais conforme as modificações feitas com a aprovação da reforma da Previdência do governo Jair Bolsonaro.

Mas a situação não é tão simples como Flávio Dino e seus aliados na Assembleia Legislativa tentam parecer ser. A gestão dinista fala em redução de alíquota para uma faixa de ganhos de até R\$ 2 mil. E é verdade. Vai reduzir de 11% para 9%.

O que o governo não fala é que a maioria dos servidores terá reajuste de, no mínimo, três pontos percentuais em sua

contribuição previdenciária. Os funcionários com vencimentos superiores a R\$ 3 mil deixam de contribuir 11% e passam para 14%. Nesta faixa, atinge uma boa parte de funcionários públicos. Parte dos professores e policiais, por exemplo.

Se for contabilizada outra faixa das categorias, o percentual de contribuição previdenciária chega Flávio Dino não quis saber de dialogar com a sociedade sobre a reforma da Previdência no MA

a 14,5%. Contando somente com estes dois tipos de profissionais, serão mais de 40 mil servidores atingidos com alíquota maior. É inegável imaginar o quanto a mais o governo estadual vai arrecadar para reduzir o déficit na Previdência estadual.

Mas toda esta mudança será feita sem qualquer debate. Sem ouvir servidores, sem dialogar com a sociedade como defendeu Flávio Dino na época da tramitação, em Brasília, da reforma da Previdência. Na república do Maranhão, com uma Assembleia Legislativa quase toda governista, não é necessária qualquer conversa como prevê a boa democracia. Basta a ordem do Palácio dos Leões.

Pedido de vistas

A proposta somente não foi votada ontem porque o deputado César Pires (PV) pediu vistas logo após a aprovação do pedido de urgência feito por Glauberth Cutrim (PDT).

Pires justificou o adiamento por considerar necessário que os deputados estaduais conheçam a matéria que vai atingir a vida de milhares de maranhenses.

O deputado do PV lembrou que o texto do Palácio dos Leões vem cheio de armadilhas para os servidores públicos.

Críticas

E o também deputado do PV, Adriano Sarney, criticou mais uma vez a postura do governador Flávio Dino sobre a falta de debate nas propostas que chegam do Palácio dos Leões.

Para o parlamentar, Dino traiu os servidores públicos por não abrir espaço para o diálogo sobre mudanças no sistema previdenciário.

Também se manifestaram contra a urgência na votação dos deputados do PL (Hélio Soares, Detinha, Vinícius Louro e Leonardo Sá - e ainda Arnaldo Melo (MDB).

Mais mudanças

Mudanças na alíquota das contribuições serão somente a primeira parte da reforma da Previdência de Flávio Dino.

Ainda será criado para "fazer novas adequações" previstas na reforma de Bolsonaro. Tempo de contribuição e tempo de serviço ficarão para outra proposta que não tardará a ser aprovada.

A nova proposta será feita pelo grupo de trabalho que, pela proposta governista, será composto por membros da gestão estadual, do Poder Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado.

Representante

Segundo o líder do governo na Assembleia Legislativa, Rafael Leitoa (PDT), uma emenda já foi apresentada à proposta do Palácio dos Leões para que um representante dos servidores públicos seja incluído no comitê.

Este representante deverá ser indicado por um sindicato que defende os servidores públicos. Que o escolhido não venha do Sinproessema, entidade representativa dos professores.

Este sindicato é comandado por membros do PCdoB há mais de duas décadas e deverá - como vem fazendo - defender mais o governo do que os servidores.

ampliados

Dia da Consciência Negra : Indicadores sociais e econômicos precisam ser ampliados

Os dados revelados pela última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnadc) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE (IBGE), mostraram que melhoraram os indicadores proporcionais em relação à educação de pessoas pretas ou pardas cursando o ensino superior em instituições públicas brasileiras. O índice chegou a 50,3% em 2018 e é a primeira vez que a população negra ultrapassa a metade das matrículas em universidades e faculdades públicas. PÁGINA 9

CONSCIÊNCIA NEGRA

ampliados

Indicadores precisam ser ampliados

Atividades estão sendo realizadas em todo o Brasil neste mês de novembro para discutir aspectos com relação à igualdade racial e direitos da população negra

PATRÍCIA CUNHA

s dados revelados pela última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnadc) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE (IBGE), mostraram que melhoraram os indicadores proporcionais em relação à educação de pessoas pretas ou pardas cursando o ensino superior em instituições públicas brasileiras.

O índice chegou a 50,3% em 2018 e é a primeira vez que a população negra ultrapassa a metade das matrículas em universidades e faculdades públicas.

É uma boa notícia? Claro. Porém, em outros indicadores, a situação ainda não avançou. No ano passado, os brancos recebiam, em média, R\$ 2.897, enquanto pretos e pardos tinham rendimentos de R\$ 1.636 e R\$ 1.659, respectivamente. Ou seja, ainda que com o mesmo nível educacional, negros e pardos recebem menos oportunidades.

Para a ativista e integrante do Centro de Cultura Negra, Ana Amélia Bandeira, as políticas públicas ainda precisam ser mais consistentes para que os indicadores avancem também em outras áreas. "O Maranhão está dentro desse contexto também, dessa pesquisa. Por um lado, melhorou a participação de negros e pardos nas universidades, mas por outro lado tem 'n' fatores negativos como mercado de trabalho, questão da violência, da moradia. A gente fica todos os anos fazendo essa análise e a coisa não muda. Ainda há ausência de política pública que melhore esses indicadores em outras áreas. No Maranhão a gente não vê esse tipo de avanço", comenta Ana Amélia. Realizando a quadragésima edição da Semana de Consciência Negra este ano o foco está na conscientização da população negra sobre seus direitos, sobre autoestima, com programação tanto na sede do CCN, quanto nas escolas. "É importante que a gente leve isso para as escolas, para a base, para que tenhamos homens e mulheres conscientes do que representam dentro da sociedade", afirma Ana Amélia.

A data de comemoração da Consciência Negra, 20 de novembro, foi escolhida para homenagear um dos maiores nomes da resistência dos negros à escravidão no período do Brasil Colonial. Zumbi dos Palmares morreu no dia 20 de novembro, de 1695. O dia da Consciência Negra foi criado para promover a reflexão sobre a importância da cultura e do povo africano na formação da cultura nacional.



NEUTRA - CM.: 196 (49 x 4 col) ampliados

74% da população maranhense é negra ou parda

No estado do Maranhão a população negra e parda chega a 74%, segundo o último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE (IBGE), e está mais concentrada na zona rural do que nas cidades. Apesar de muitas conquistas, o racismo ainda é algo frequente.

Segundo Ana Amélia, o CCN recebe muitas denúncias de racismo, mas a maioria delas não é oficializada porque muitos acreditam que não há punição. "O racismo é crime previsto em lei e as pessoas precisam denunciar, porque infelizmente é algo que acontece com frequência. Além de incentivarmos a denúncia, trabalhamos a autoestima das pessoas. Tivemos uma vitória que foi a criação da Delegacia de Crimes Raciais, Delitos de Intolerância e Conflitos Agrários, que funciona no Prédio da Secretaria de Estado da Igualdade Racial, e que é um instrumento de luta contra o racismo". aponta Ana Amélia.

Desde o início do mês vários órgãos e instituições estão realizando seminários, debates, fóruns, mesa redonda, dentre outras atividades, abordando temas como igualdade racial, racismo, discriminação, políticas pú-



APESAR DA LUTA E CONQUISTAS, AINDA BASTANTE É COMUM O RACISMO NO BRASIL

blicas, dentre outras questões.

O governo do estado, com a participação de vários órgãos e instituições realiza até o dia 22, uma programação que inclui várias atividades no Centro de Criatividade Odylo Costa Filho (Praia Grande). No CCN a programação vai até o dia 29 deste mês.

A Ordem dos Advogados do Brasil

(MA), por meio da Comissão da Verdade da Escravidão Negra e da Escola Superior de Advocacia (ESA), realizou o I Fórum Zumbi dos Palmares com a temática Debatendo e Desconstruindo o Racismo, com o propósito de abordar e debater assuntos referentes à escravidão negra e o racismo, no Brasil. ampliados

Maranhão sem feriado no dia 20 de novembro



Em tempo, o dia 20 não é feriado no Maranhão. Em outubro a Justiça julgou procedente o questionamento da validade da Lei Estadual nº 10.747/2017, que instituiu o Dia da Consciência Negra como feriado estadual, por ser a criação de feriados civis tema atinente à esfera legislativa privativa da União.

A ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pela Fecomércio, Fiema e ACM, foi aceita pelo TJMA, que decidiu dar fim ao feriado estadual. De acordo com a decisão, o Estado do Maranhão não dispõe de competência para estabelecer novo feriado.

PARQUE DO BACANGA

MP desenvolve projetos de educação ambiental



MP ASSINOU PROTOCOLO DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O Ministério Público do Maranhão, por meio da Procuradoria Geral de Justiça e da ESMP, assinou o Termo de Cooperação Técnica para o desenvolvimento de projetos e atividades voltadas para educação ambiental na área do Parque Estadual do Bacanga.

Do MPMA, estiveram presentes o procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, e o diretor da ESMP, promotor de justiça Márcio Thadeu Silva Marques, que assinaram o documento. Também subscreveram o termo autoridades que representam o Estado do Maranhão, Tribunal de Justiça do Maranhão, Escola Superior da Magistratura, Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável do TJMA, Fórum Estadual de Educação Ambiental e Associação Comunitária Itaqui-Bacanga.

Pelo acordo – que tem validade de seis meses podendo ser prorrogado – os participantes devem desenvolver ações conjuntas como projetos, programas nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, ciências e tecnologia; permitir o intercâmbio de profissionais para a apresentação de palestras seminários e congressos; promover o intercâmbio de informações técnicas e científicas. Igualmente está prevista a promoção de seminários e encontros para a discussão de resultados globais ou parciais, envolvendo técnicos, professores, acadêmicos e a comunidade em geral. Outro proposta estipulada é a realização de oficinas de capacitação para práticas sustentáveis em diversas áreas como reciclagem, reaproveitamento, compostagem de resíduos sólidos, reflorestamento e proteção da fauna.

Estão previstos recursos de aproximadamente R\$ 26 milhões, oriundos de compensação ambiental, que serão destinados ao Fundo de Estadual de Unidades de Conservação, para serem aplicados em vários parques e unidades de conservação estaduais. Para o Parque Estadual do Bacanga, estão previstos aproximadamente R\$ 3,5 milhões para ações de proteção e conservação.

POSITIVA - CM.: 44 (11 x 4 col)

ambiental para sustentabilidade do Estado

Cooperação entre Governo e Poder Judiciário garante recursos de compensação ambiental para sustentabilidade do Estado

O governador Flávio Dino e membros do Poder Judiciário do Maranhão assinaram, na segunda-feira (18), na sede do TJMA, atos interinstitucionais que destinam recursos de compensação ambiental (indenização por impactos ambientais) para a promoção de ações sustentáveis no Estado. A parceria garantiu a aquisição de carrinhos elétricos que irão facilitar a locomoção de pessoas com mobilidade reduzida, nas ruas do Centro de São Luís. Dino destacou que o momento celebra "a união dos poderes em um movimento em prol da vida, que abrange desde ações para a proteção das populações indígenas, a ampliação dos programas de mobilidade em respeito às pessoas com deficiência, à destinação de recursos para o meio ambiente". O presidente do TJMA, desembargador José Joaquim Figueiredo, também

comemorou o momento. "Estamos concretizando mais uma importante ação, fruto da harmonia dos poderes constituídos em prol do bem do povo".

Entre os documentos assinados está o ato que destina a doação de R\$ 26 milhões para proteção ambiental. "A verba é um saldo remanescente de compensação ambiental da Petrobras para a instalação da Refinaria Premium que, mésmo interrompida, causou impactos ao meio ambiente' explicou o procurador-geral do Maranhão, Rodrigo Maia. Ainda de acordo com o procurador, o recurso será investido na proteção de unidades de conservação e em ações de incentivo às comunidades para a preservação do meio ambiente. Também foram assinados o Decreto do Eco Liga; o ato de definição das equipes de trabalho da força-tarefa para a segurança dos povos indígenas; além do

projeto de lei que delimita o Parque Estadual do Bacanga. O governador ressaltou que as unidades de conservação, a exemplo do Parque do Rangedor e outros parques que vêm sendo implantados em várias regiões do Estado, promovem o contato harmonioso da população com o meio ambiente.

"É um passo importante para que haja essa interação entre as pessoas e a natureza, visando à compreensão da cidadania de que é um bem que deve ser protegido por todos, porque diz respeito ao uso sustentável dos recursos naturais, agora, e para as futuras gerações", frisou.

DEMOCRATIZAÇÃO

Na solenidade, também foi realizada a entrega de dois carrinhos elétricos à Secretaria de Estado de Cultura (Secma). O objetivo é facilitar a locomoção de pessoas com mobilidade reduzida, nas ruas do Centro de

São Luís. Os veículos são frutos de acordo realizado entre a Defensoria Pública do Estado e as empresas Unimed e AllCare. As empresas converteram decisões judiciais em ações sociais, resultando na aquisição dos equipamentos. A intenção é que os novos equipamentos permitam a ampliação do trajeto, que antes ia da Praia Grande até a Defensoria Pública, a fim de abranger também os museus e as casas de cultura do estado localizadas no Centro Histórico. Para a advogada Isabelle Passinho, membro do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, os equipamentos irão contribuir para a garantia de direitos. "A pessoa com deficiência tem direito a ter acesso ao patrimônio histórico, à cultura, ao lazer e ao desporto, então qualquer tipo de recurso

para auxiliar nesse processo é

muito bem-vindo", comemorou.

TJMA

Mais 120 mediadores atuarão como voluntários nos centros de conciliação do TJMA

Mais 120 servidores do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), profissionais e acadêmicos de faculdades parceiras do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Soluções de Conflitos (Nupemec) passarão a atuar como conciliadores e mediadores judiciais voluntários nos centros de conciliação do Tribunal de Justiça em todo o Estado.

Os candidatos foram capacitados gratuitamente pela Escola Superior da Magistratura (ESMAM) - única instituição credenciada para a formação nessa área. De 2014 até novembro de 2019, a instituição capacitou 1.309 candidatos aptos para desenvolver atividades nos núcleos de conciliação e mediação da justiça estadual. No total, foram concluídas 58 turmas do curso de formação. Ao concluírem os módulos teóricos, os alunos são encaminhados para o estágio supervisionado obrigatório, sob termo de compromisso e adesão, com duração de 60 horasaulas. A prática acontece nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania do Tribunal de Justiça do Maranhão (CEJUSC-TJMA), na capital e no interior.

Após essa fase, os candidatos atuam por 12 meses como mediador/conciliador voluntário no Tribunal de Justiça, sendo considerado para computo desse período o tempo de estágio realizado.

promover curso (...)

Kátia Persovisan katiapsv@hotmail.com + contato@katiapersovisan.com.br Curta o facebook: https://www.facebook.com/persovisan

Blog: http://blog.jornalpequeno.com.br/persovisan/



"Além de formar os conciliadores, a ESMAM foi a primeira instituição no país a promover curso de formação de instrutores em mediação judicial e conciliação, segundo o novo regulamento estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ)", ressalta o presidente do Núcleo Permanente de Conciliação do TJMA, desembargador José Luís Almeida.



Câncer de Próstata"

Novembro Azul

Desembargador Joaquim Figueiredo abre evento sobre "Prevenção do Câncer de Próstata"

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, abriu, nessa terçafeira (19), evento promovido pela Divisão Médica do TJMA. em alusão ao 'Novembro Azul' – campanha mundial de conscientização para prevenção e diagnóstico precoce do câncer de próstata. O desembargador enfatizou a importância de combater o preconceito e tratar do câncer de próstata nos ambientes de convívio, com familiares e amigos. "É importantíssima a conscientização sobre a prevenção, sem machismo. Quando agimos de forma preventiva possibilitamos uma

saúde prolongada", frisou.
Ele afirmou que "a cada 38 minutos, morre um homem de câncer de próstata e que o trabalho de conscientização desenvolvido pelo Poder Judiciário é estendido a todos. O presidente do TJMA ainda incentivou os servidores a cuidar da saúde com atividades físicas e outras práticas saudáveis.

De acordo com dados do Ministério da Saúde, o câncer de próstata é o mais frequente entre os homens, depois do câncer de pele. Embora seja uma doença comum, por medo ou por desconhecimento muitos homens preferem não conversar sobre esse assunto.